

COMPENSAÇÕES NA MESA

A cinco dias da reunião de cúpula entre os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Carlos Menem, os governos do Brasil e da Argentina buscam um modo de atenuar o conflito criado pela desvalorização do real. O barateamento dos produtos brasileiros já teria provocado um aumento em 54% das exportações para o país vizinho, que procura negociar medidas compensatórias em Brasília.

“Só nas quatro primeiras semanas de 1999, a entrada de produtos brasileiros na Argentina aumentou 54%”, segundo documento levado pelos argentinos às mesas de reuniões de ontem com o ministro Celso Lafer, do Desenvolvimento, e com o embaixador José Botafofo Gonçalves, da Câmara de Comércio Exterior (Camex).

A crise financeira brasileira preocupa a equipe econômica argentina, que já prevê uma grande retração no crescimento, e aos industriais daquele país, que temem uma invasão de importados do Brasil.

O secretário-geral da poderosa União Industrial Argentina (UIA), José Ignacio de Mendiguren, advertiu ontem que “está ocorrendo uma avalanche de produtos brasileiros”, citando um aumento de 50% da importação na segunda semana de janeiro. Fontes do Ministério do Desenvolvimento minimizam esse número, afirmando que o crescimento das exportações brasileiras já vinha acontecendo antes mesmo da mudança no regime cambial do país.

Números à parte, a equipe do governo argentino chegou ontem a Brasília para negociar uma saída política para os impactos da crise, que seria apresentada no encontro de Fernando Henrique e Menem, que acontece na sexta-feira, em Campos de Jordão (SP), durante reunião de cúpula do Mercosul. O grupo é formado por Jorge Campbell, secretário de Relações Econômicas Internacionais; Alfredo Morelli, subsecretário de Integração, e Félix Peña, subsecretário de Comércio Exterior.

Ainda não há nenhum resultado das reuniões, que prosseguem hoje, em Brasília. Jorge Campbell limitou-se a dizer, na saída da reunião com Lafer, que o encontro havia sido “positivo”.

Os argentinos querem que o governo brasileiro elimine os financiamentos às exportações (Proex) para produtores que vendem para o Mercosul. A criação de cotas de importação, que limitariam o volume de entrada de produtos brasileiros que estivessem prejudicando as indústrias argentinas, também estaria em discussão — embora a idéia seja rejeitada pelo Brasil.

Além de apontar uma invasão de produtos brasileiros em seu país, o governo argentino também reconheceu ontem, pela primeira vez desde que começou a crise no Brasil, que revisará novamente a pauta de crescimento da economia.

A expectativa agora é de um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 1999 de apenas 2,5%, devido à desvalorização do real. As previsões iniciais eram de 4,8%. Ela já havia caído para 3% quando foi redigida a carta de intenção com o FMI.

Pablo Guidotti, vice-ministro de Economia, também reconheceu ontem que a crise brasileira pode causar um aumento do desemprego. As empresas automotrizes já somam 10 mil funcionários suspensos e as alimentares, siderúrgicas e de calçados, outros 1,5 mil.

PREOCUPAÇÕES

Frente a tantas preocupações, os preparativos para a cúpula presidencial em Campos de Jordão não parecem estar correndo com facilidade. Os dois principais parceiros do Mercosul discordam sobre pontos vitais para o bloco comercial, apesar do anúncio feito semana passada de que o Brasil eliminará alguns de seus subsídios para exportações intrarregionais.

Mas enquanto Menem declarava, ainda na semana passada, que a Argentina deveria ser “solidária” com o Brasil, o secretário-geral da UIA, José Ignacio de Mendiguren, minimizou a decisão brasileira de eliminar os subsídios às exportações. “Do que se diz ao que se faz há um longo caminho a percorrer”, considerou. O líder dos empresários argentinos acredita que “passará muito tempo entre a decisão e a implementação da eliminação de subsídios” que, segundo ele, chega a US\$ 2,5 bilhões por ano.

Rickey Rogers/Reuters



Raul Cubas, presidente do Paraguai: do Mercosul, o país que menos reclama do Brasil desde o estouro do câmbio